

Processo nº: 46/1999/003/2004

Assunto: Auto de Infração nº 1392/2004, lavrado contra *Conexões Santa Marta Indústria e Comércio Ltda.*

PARECER JURÍDICO

1) RELATÓRIO

1 - A empresa *Conexões Santa Marta Indústria e Comércio Ltda.*, foi autuada como incurso no item 2, do § 2º, do artigo 19, do Decreto nº 39.424/98, modificado pelo Decreto 43.127/02, pela seguinte irregularidade: *"Descumprir determinação ou condicionante formulada pelo Plenário do COPAM, por Câmara Especializada, ou por órgão seccional de apoio, inclusive planos de controle ambiental, de medidas mitigadoras, de monitoração, ou equivalentes, aprovadas na Licença de Operação, se não constatada a existência de poluição ou degradação ambiental, considerando-se que a empresa não está apresentando na íntegra os resultados de monitoramento constantes no Anexo I das condicionantes além de prazos e não está apresentando regularmente a planilha contida no Anexo II da LOC."*

2 - O processo encontra-se formalizado e instruído com a documentação exigível. Tempestivamente, a empresa apresentou sua defesa, alegando em síntese que:

- não pretendeu desrespeitar as normas ambientais;
- mantém em operação uma ETE sanitária e uma ETE industrial, e ainda mantém um depósito temporário para acondicionar apropriadamente seus resíduos sólidos, cuidando posteriormente da disposição final adequada;
- obteve a licença ambiental junto à FEAM, e após a sua obtenção, criou um Sistema de Gestão Ambiental;
- contratou uma empresa especializada para sanar as irregularidades de ordem administrativa.

3 - O Parecer Técnico informa, que as alegações apresentadas pela empresa, sob o ponto de vista técnico, não descaracterizam a infração cometida. Informa ainda que, de acordo com o Sistema FEAM, a empresa possui LO nº 120/2002, e que a empresa possui uma autuação anterior sob o nº 319/98. Entretanto, este Auto de Infração foi arquivado devido à sua prescrição.

4 - Análise Jurídica

As alegações da empresa não a eximem do cometimento da infração. Entretanto, do ponto de vista jurídico, a empresa faz jus à aplicação da penalidade de advertência prevista na Deliberação Normativa COPAM nº 61/02, pois a infração cometida é classificada como grave (item 2, § 2º, artigo

[Assinatura]

19, do Decreto nº 39.424/98, modificado pelo Decreto 43.127/02), e ela não possui autuações anteriores.

A Deliberação Normativa COPAM nº 61/02, em seu artigo 1º, parágrafo único e em seu artigo 5º, dispõe:

"Art. 1º (...)

Parágrafo único. Desde que não importem em danos efetivos ao meio ambiente serão passíveis de advertência as infrações tipificadas pelos itens 1 e 2, do parágrafo 1º e 1, 2 e 3 do parágrafo 2º do artigo 19 do Decreto Estadual 39.424, de 5 de fevereiro de 1998. (...)

Art. 5º A penalidade de advertência não será aplicada quando o infrator tiver cometido reincidência específica ou genérica em infrações às normas de proteção e conservação do meio ambiente."

Sendo assim, a empresa Conexões Santa Marta Indústria e Comércio Ltda. deverá ser penalizada com 01 (uma) advertência.

II) CONCLUSÃO

Isto posto, remetemos os autos ao Presidente da FEAM, recomendando a aplicação de **01 (uma) advertência** para que a empresa possa sanar as irregularidades constatadas, corrigindo sua situação ambiental, no prazo de até 90 (noventa) dias, conforme disposto na Deliberação Normativa COPAM nº 61/02, prazo este a ser fixado pela autoridade julgadora, sob pena de conversão da penalidade de advertência em penalidade de multa, no valor de **R\$ 7.449,76**, nos termos do artigo 1º, inciso II, alínea "b" (infração grave, empreendimento de médio porte), c/c com o artigo 2º, § 1º, inciso I, da Deliberação Normativa COPAM nº 27/98, alterada pela Deliberação Normativa COPAM nº 64/03;

É o parecer, s.m.j.

Belo Horizonte, 24 de fevereiro de 2005.

Denise Bernardes Couto
Denise Bernardes Couto
Consultora Jurídica
OAB/MG nº 87.973